



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2014/SEMA/MT

PROCESSO N.º: 372461/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, TIPO CAMINHÃO BAÚ

RECORRENTE: MÔNACO DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA

RECORRIDA: A PREGOEIRA.

ASSUNTO: PARECER DO PREGOEIRO SOBRE O RECURSO.

O **ESTADO DE MATO GROSSO** por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, neste ato representado por sua Pregoeira, Sra. Emmanuelle Silva Santos designada pela Portaria nº 002/2014/ SEMA, publicada no D.O.E. do dia 13 de março de 2014, vem em razão do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **MÔNACO DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**, inscrita no **CNPJ N° 07.811.058/0001**, com sede na Av. da FEB, Manga, Várzea Grande, nº 2138, CEP 78.115.000, analisar suas razões, para, ao final, decidir motivadamente a respeito conforme segue:

1. RELATÓRIO DO CERTAME LICITATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, modalidade pregão presencial, tipo menor preço global por lote único, ao qual a abertura da sessão foi aberta às 14:00 horas, do dia 20 de outubro de 2014, suspensa por problema técnico de rede, de competência do CEPROMAT, e reaberta às 14:00hs do dia 22/10/2014, para fins de **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, TIPO CAMINHÃO BAÚ**.

Após credenciamento, recebimento dos envelopes e abertura das propostas comerciais foram classificadas, após sucessivos lances, na seguinte ordem, as empresas: **MÔNACO DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**, com proposta final no valor de



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

R\$ 189.500,00 (cento e oitenta e nove e quinhentos reais); e a empresa **KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**, com proposta final no valor de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais).

Aberta a habilitação da licitante vencedora da etapa de lance **KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**, a pregoeira decidiu pela habilitação da empresa.

Em sede de Razões Recursais, a empresa **MÔNACO DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**: “QUE A EMPRESA KCINCO NÃO CUMPRIU NA FASE DE HABILITAÇÃO O ITEM 11.1, ALÍNEA "E", SOLICITADO NO EDITAL”.

No dia 28/10/2014, a empresa **MÔNACO DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA** apresentou seus memoriais, alegando:

“a empresa K CINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA não atendeu a exigência do referido edital no que se refere ao atestado de capacidade técnica, apresentando documento divergente ao solicitado, o documento solicitado pela referida empresa não apresentava características com o objeto dessa licitação. Segue abaixo texto do edital onde se solicitada forma clara e nítida tal exigência.

** Texto retirado do edital:*

11.2.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PARA EMPRESAS DE GRANDE PORTE, ME E EPP)

a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.

** Texto retirado do edital:*

11.10. *Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá a*



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Pregoeira considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006.

Portanto, existem vícios capazes de ensejar que seja analisada a proposta de segunda classificada no certame ora combatido, pelo que se requer a que V. Sa. julgue totalmente procedente as razões do recurso em questão, promovendo em seguida os ulteriores legais do certame.”

No dia 30 de outubro de 2014, a empresa **KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA** protocolou as contra-razões de recurso solicitando em síntese que:

“requer que com fulcro no atendimento as exigências do edital em referência que seja a presente contra razão conhecida e provida, mantendo a decisão da Sra. Pregoeira, onde classificou, habilitou e declarou a empresa KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, vencedora para o certame, por ter cumprido a norma editalícia em consonância com as legislações que regulamentam a matéria, além de ter ofertado o MELHOR PREÇO VÁLIDO, a teor do que prescreve o art. 45, § 1º, inciso I, da lei Nº 8666/93.”

Em síntese, é o relatório.

2. DAS RAZÕES DA PREGOEIRA

A presente licitação tem por objeto a **“AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, TIPO CAMINHÃO BAÚ”**.

O edital em sua alínea a e no item 11.2.2.1, prescreve que:

“11.2.2.1. As empresas participantes deste pregão comprovarão a aptidão para executar o objeto deste certame por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.”

O atestado de capacidade técnica, expedido pela SECID, e apresentado pela empresa **KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**, descreve que os veículos da marca AGRALE foram entregues satisfatoriamente, bem como o atestado expedido pela GGI-



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

FRONTEIRA, descreve que os veículos de marca AGRALE/VOLARE foram entregues satisfatoriamente.

O inciso II, do artigo 30, da lei 8.666/93, assim determina:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;”

Segundo entendimento do Tribunal de Contas da União, a administração pública deve ater-se a exigir produtos similares, prescrevendo da seguinte maneira:

*“O art. 30, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, estabelece que comprovação de aptidão para desempenho de atividade deve ser pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação. A **melhor exegese da norma é a de que a referida comprovação de aptidão deva ser demonstrada exclusivamente mediante a comprovação de serviços similares.** Nesse sentido, o § 5º do referido art. 30, veda a exigência de comprovação de aptidão com quaisquer limitações não previstas na Lei que inibam a participação na licitação. Acórdão 2382/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)”*

*“Abstenha-se de vedar a comprovação de aptidão para a realização do objeto da licitação por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, de acordo com o art. 30, § 3º, da Lei no 8.666/1993. **Acórdão 1110/2007 Plenário**”*

Por todo exposto e considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União, sobre o artigo 30, da Lei 8666/93, que trata da documentação relativa a qualificação técnica, no sentido de que a Administração Pública de ater-se a exigir atestado de capacidade técnica de objeto similar ao licitado, considerando que a empresa **KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA** apresentou atestado de capacidade técnica de produto



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

similar ao licitado, a pregoeira decide manter sua decisão de habilitar a empresa em questão.

Desta feita, submeto o presente processo à autoridade superior para decisão, salientando que esta é desvinculada deste parecer informativo.

Cuiabá, 06 de novembro de 2014.

Emmanuelle Silva Santos

Pregoeira Oficial

SEMA/MT